

Interseccionalidades das Desigualdades Raciais e Socioeconômicas na Perspectiva Neuropsicológica: Entrevista com o Grupo de Trabalho de Neuropsicologia do Conselho Federal de Psicologia

Carlos Eduardo Nórtel¹

Mônica Carolina Miranda²

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,
RJ, Brasil

²Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Izabel Augusta Hazin Pires³

³Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Resumo: Este artigo discute como o racismo estrutural e a pobreza multidimensional impactam o desenvolvimento humano a partir de uma perspectiva neuropsicológica crítica. A pobreza é compreendida não apenas como escassez de recursos financeiros, mas como um fenômeno complexo que envolve privações em saúde, educação, moradia e saneamento. Essas condições afetam diretamente o desenvolvimento cognitivo e emocional, especialmente na infância, ao comprometer a saúde mental dos cuidadores e a qualidade das interações parentais. O racismo, por sua vez, é tratado como um estressor crônico com repercussões neurobiológicas — como ativação prolongada do eixo HPA, aumento de cortisol e alterações em estruturas cerebrais ligadas à regulação emocional e ao processamento da memória. Em contraponto ao reducionismo biológico da neuropsicologia hegemônica, os autores propõem uma abordagem dialética, na qual o psiquismo é concebido como resultado da cogênese entre o funcionamento cerebral e o contexto sociocultural. A entrevista com membros do Grupo de Trabalho de Neuropsicologia do Conselho Federal de Psicologia evidencia os limites do modelo biomédico e propõe caminhos para uma neuropsicologia crítica, antirracista e socialmente comprometida. Defende-se a incorporação das interseccionalidades de raça, classe, gênero, deficiência e território como dimensões constitutivas da subjetividade, e a urgência de uma formação neuropsicológica com letramento racial e competência cultural.

Palavras-chave: Racismo, Pobreza, Neuropsicologia, Desenvolvimento Humano.

Intersectionality of Racial and Socioeconomic Inequalities from a Neuropsychological Perspective: Interview with the Neuropsychology Working Group Brazilian Federal Council of Psychology

Abstract: This article discusses how structural racism and multidimensional poverty affect human development from a critical neuropsychological perspective. Poverty is understood not merely as financial deprivation but as a complex phenomenon involving multiple forms of social exclusion, including lack of access to healthcare, education, housing, and sanitation. These adverse conditions directly affect cognitive and emotional development, particularly in childhood, by compromising caregivers' mental health and the quality of parenting. Racism is addressed as a chronic stressor with neurobiological effects — such as prolonged HPA axis activation, elevated cortisol levels, and alterations in brain structures responsible for emotional regulation and memory processing. In contrast to the reductionist stance of mainstream

neuropsychology, the authors advocate for a dialectical framework in which the psyche emerges from the co-genesis of brain function and sociocultural context. The interview with members of the Neuropsychology Working Group of the Brazilian Federal Council of Psychology highlights the limitations of the biomedical model and outlines pathways toward a critical, anti-racist, and socially engaged neuropsychology. The authors argue for the inclusion of race, class, gender, disability, and territory as structural dimensions of subjectivity and stress the urgent need for neuropsychological training grounded in racial literacy and cultural competence.

Keywords: Racism, Poverty, Neuropsychology, Human Development.

Interseccionalidades de las Desigualdades Raciales y Socioeconómicas desde la Perspectiva Neuropsicológica: Entrevista con el Grupo de Trabajo de Neuropsicología del Consejo Federal de Psicología

Resumen: Este artículo analiza cómo el racismo estructural y la pobreza multidimensional afectan el desarrollo humano desde una perspectiva neuropsicológica crítica. La pobreza se entiende no solo como carencia económica, sino como un fenómeno complejo que incluye privaciones en salud, educación, vivienda y saneamiento. Estas condiciones impactan directamente el desarrollo cognitivo y emocional humano, especialmente en la infancia, al comprometer la salud mental de los cuidadores y la calidad de la parentalidad. El racismo se considera como un estresor crónico con efectos neurobiológicos –como la activación prolongada del eje HPA, el aumento del cortisol y las alteraciones en estructuras cerebrales vinculadas a la regulación emocional y la memoria. En contraposición al reduccionismo biológico de la neuropsicología hegemónica, los autores proponen un enfoque dialéctico que concibe el psiquismo como resultado de la cogénesis entre el funcionamiento cerebral y el contexto sociocultural. La entrevista con miembros del Grupo de Trabajo de Neuropsicología del Consejo Federal de Psicología pone en evidencia los límites del modelo biomédico y plantea caminos hacia una neuropsicología crítica, antirracista y comprometida socialmente. Se defiende la incorporación de interseccionalidades de raza, clase, género, discapacidad y territorio como dimensiones constitutivas de la subjetividad, así como la urgencia de una formación con alfabetización racial y competencia cultural.

Palabras clave: Racismo, Pobreza, Neuropsicología, Desarrollo Humano.

Introdução

A neuropsicologia hegemônica, influenciada por paradigmas positivistas, tem historicamente priorizado explicações mecanicistas, nas quais os processos mentais são reduzidos à atividade cerebral isolada. Esse modelo, baseado em uma lógica formal e em princípios analíticos, frequentemente desconsidera a complexidade do psiquismo humano em sua articulação dialética com o contexto social, histórico e cultural. Em oposição a isso, abordagens como a de Lev Vigotski e a da Psicologia Crítica, de Klaus Holzkamp, propõem um modelo dialético e materialista da mente, no qual a atividade psíquica, enquanto

unidade e movimento histórico, emerge da cogênese entre a organização e o funcionamento cerebral, e o contexto cultural (Nigrini, Amici & Llorenti, 2025).

Nesse sentido, nas últimas décadas, a neuropsicologia brasileira tem enfrentado o desafio de repensar seus fundamentos epistemológicos e metodológicos diante da complexidade das desigualdades sociais que atravessam o país. Em um cenário marcado pelo racismo estrutural, pela precarização da vida e pelas múltiplas formas de exclusão, torna-se inadiável construir uma prática neuropsicológica que se comprometa com a justiça social, incorporando as interseccionalidades de raça, classe, orientação

sexual, gênero, deficiência, etnia, território e faixa etária como dimensões centrais da existência humana. Longe de ser um dado biológico isolado, o psiquismo humano é aqui concebido como resultante dialética das interações entre organismo e ambiente, entre estrutura e história, entre biologia e cultura.

Este artigo apresenta uma entrevista com membros do Grupo de Trabalho de Neuropsicologia do Conselho Federal de Psicologia (CFP), cujo percurso tem sido marcado pela articulação entre teoria crítica, prática clínica e engajamento social. A partir de suas reflexões, são abordadas questões fundamentais para o avanço de uma neuropsicologia sensível à diversidade e às interseccionalidades: como compreender os efeitos psíquicos do racismo e da exclusão socioeconômica? Quais os limites do modelo biomédico para abarcar a experiência de sujeitos marcados por violências históricas? E, sobretudo, como reinventar a prática neuropsicológica para que ela não reproduza as estruturas que pretende compreender?

Os integrantes do GT propõem uma concepção dialética e contextualizada da subjetividade, na qual a dimensão social não é acessória, mas constitutiva. Ao reconhecer o papel das contradições no desenvolvimento das funções psíquicas, abrem-se caminhos para uma neuropsicologia crítica que, em vez de reduzir o sujeito à função cerebral ou ao dado social, o compreende em sua potência criadora e histórica. Esta entrevista é, assim, um convite ao diálogo, à escuta comprometida e à construção coletiva de uma ciência psicológica que se coloque ao lado da transformação social.

Perguntas

Izabel Hazin: Por que é necessário entender que a pobreza não é apenas uma questão de falta de dinheiro, que é multidimensional, e como isso impacta o desenvolvimento infantil?

Mônica Miranda: Embora a taxa global de pobreza tenha caído em mais da metade desde os anos 2000, uma em cada dez pessoas nas regiões em desenvolvimento ainda vive com menos de 1,90 dólar por dia (valor que define as pessoas que vivem na pobreza extrema). A pobreza não se resume apenas à falta de dinheiro – é multidimensional, envolvendo privações em educação, saúde, alimentação, água e saneamento básico (United Nations Children's Fund [Unicef], 2021). Um relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas mostrou que, mesmo antes da

pandemia da covid-19, 1,2 bilhão de pessoas em 111 países em desenvolvimento viviam em pobreza multidimensional aguda (United Nations Development Programme [UNDP], 2022), o que afeta a saúde física e mental, com menor sucesso na educação e no trabalho, bem como prevalência de comportamentos de risco e delinquência. No Brasil, 6 em cada 10 crianças e adolescentes vivem na pobreza, sendo monetariamente pobres e/ou estando privados de um ou mais direitos, tais como acesso à educação e à informação, proteção contra o trabalho infantil, moradia, água e saneamento (Unicef Brasil, 2018).

Uma das principais influências da pobreza multidimensional na saúde mental das crianças é o seu efeito sobre os cuidadores. O estresse da pobreza pode interferir na capacidade dos cuidadores de proporcionar consistentemente uma parentalidade positiva, um ingrediente essencial para o desenvolvimento do cérebro e da saúde mental (Unicef, 2021). O conceito de parentalidade vem sendo utilizado para descrever o conjunto de atividades e processos de cuidar, proteger e orientar as crianças, atividades desempenhadas pela família, em seu papel de assegurar a sobrevivência, bem como o desenvolvimento integral da criança (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2015). Quanto ao efeito da pobreza no desenvolvimento do cérebro na infância, Jensen et al. (2017) apontaram que os diferentes fatores de riscos associados à pobreza convergem para afetar o desenvolvimento neurocognitivo por meio de vias biológicas interativas que incluem processos envolvidos no crescimento neural, metabolismo energético, inflamação e respostas neuroendócrinas ao estresse, que podem alterar o desenvolvimento neural saudável de uma criança e como impacto tem-se as evidências que as crianças de famílias desfavorecidas enfrentam maiores riscos ao desenvolvimento da linguagem e outras capacidades cognitivas, como as funções executivas, a autorregulação, a capacidade de adiar a gratificação, entre outros (Engel de Abreu et al., 2015; Haft & Fumiko, 2017; Palacios-Barrios & Hanson, 2018).

Além dos fatores associados aos cuidadores, tem sido enfatizado também os fatores ambientais em nosso contexto, pois “é essencial pensarmos nas condições e características das localidades em que vivem as crianças brasileiras. Infelizmente, para muitas delas, os espaços próximos à moradia da família (o bairro) têm condições precárias, sem infraestrutura básica de saneamento, de água e de luz, e sem acesso a

áreas verdes e de lazer” (Núcleo Ciência Pela Infância [NCPI], 2021, p. 7). A compilação de estudos mostrou que, quanto mais pobre é o bairro, maior o prejuízo no desenvolvimento de habilidades verbais, competência social, desenvolvimento físico, presença de comportamentos externalizantes e, de forma importante, quanto maior a vulnerabilidade social, mais frequentes foram os problemas de comportamento em geral. Os autores concluem que esse é um importante índice de desigualdade, com uma segregação física marcante dos cidadãos mais pobres, o que prejudica muito as oportunidades das crianças brasileiras. Essa desigualdade remete ao nosso próximo tópico, que diz respeito ao racismo e, nesse caso, o racismo ambiental. Em conclusão, há que se discutir políticas públicas que considerem questões da pobreza multidimensional e seus impactos no desenvolvimento infantil (UNDP, 2022).

Izabel Hazin: O modelo de estresse das minorias ajuda a entender o sofrimento psíquico relacionado ao racismo. Como podemos utilizar esse modelo na prática clínica ou institucional?

Carlos Eduardo: O modelo de estresse de minorias, originalmente proposto por Meyer (2003), fornece um marco teórico para o estudo do sofrimento psicológico em membros de grupos minoritários, incluindo indivíduos que experimentaram racismo estrutural. O modelo sugere que as fontes de sofrimento não estão limitadas a processos internos ou apenas biológicos, mas também à acumulação de exposições sociais adversas crônicas, como discriminação, estigma e marginalização. Além do processo mais distal de exposição ao preconceito (por exemplo, discriminação social e interpessoal), esse modelo também inclui uma via mais proximal (como a antecipação da rejeição e a internalização do estigma) para facilitar uma compreensão integrativa e sensível ao contexto do impacto psicossocial do racismo (Hatzenbuehler, 2009).

De uma perspectiva clínica, esse modelo pode ser integrado para ampliar o foco diagnóstico e terapêutico, incluindo o papel das influências socioculturais, históricas e biológicas na saúde mental de indivíduos que vivenciam discriminação. O modelo de estresse de minorias pode ser utilizado por clínicos para considerar fontes específicas de estresse racial (por exemplo, microagressões, hipervigilância, negação da identidade racial), incorporando-as em conceituações de caso e planos de tratamento (Gee et al., 2019). Além

disso, o modelo contribui para o desenvolvimento de práticas antirracistas, ao posicionar a gênese do sofrimento no ambiente opressivo em vez de no indivíduo, incentivando, assim, uma abordagem mais empática e culturalmente sensível (Helms et al., 2012).

No nível institucional, o modelo de estresse de minorias pode orientar a criação de políticas nas quais as consequências psicossociais do racismo são reconhecidas por terem efeitos na saúde mental. Instituições de educação, saúde e diversas organizações de trabalho podem ser ajudadas por esse modelo, criando programas de prevenção e apoio psicossocial para essas populações. Tais programas incluem treinamento sobre racismo estrutural, protocolos de escuta ativa, apoio emocional e promoção de espaços seguros e inclusivos (Williams et al., 2019).

Outro elemento-chave do uso do modelo na prática é a compreensão dos fatores de proteção e do enfrentamento específico da cultura. Recursos como resiliência comunitária, apoio social de pares, identidade étnico-racial positiva e engajamento em rituais de resistência e espiritualidade são vistos como amortecedores dos efeitos danosos do estresse racial (Moradi & Hasan, 2004). Ao reconhecer e abordar esses aspectos tanto em ambientes clínicos quanto institucionais, podemos melhorar o bem-estar dos indivíduos e realizar intervenções mais direcionadas e eficazes.

Assim, o modelo de estresse de minorias é um recurso teórico e prático crítico para entender e amenizar o sofrimento psicológico devido ao racismo. Ele oferece uma alternativa às formas de pensamento que individualizam, descontextualizam e patologizam o sujeito, apontando as conexões entre a opressão sistêmica e a saúde mental. Sua prática clínica e institucional exige sensibilidade cultural, escuta profunda e um engajamento ético com o compromisso de mudar as estruturas que mantêm as desigualdades raciais.

Izabel Hazin: Como o racismo vivenciado na infância pode impactar o desenvolvimento cognitivo e emocional ao longo da vida?

Mônica Miranda: A discussão sobre o racismo envolve entender alguns conceitos básicos, pois em geral os profissionais da educação e da saúde têm pouco contato com tais conceitos, os quais estão relacionados ao fenômeno do racismo. Em primeiro lugar, é necessário entender que o Brasil é conhecido como um país pluricultural, formado por três grupos étnico-raciais principais: indígenas, brancos e negros. A população negra representa a soma das categorias

preto(a) e pardo(a) presentes nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e representa 56,3% da nossa população, ou seja, a maioria (NCPI, 2021), mas nisso reside também um importante fator que se refere às pessoas autodeclaradas. Remete, assim, a um conceito importante que é relativo à importância da representatividade na primeira infância, pois os sistemas de representação oferecem suporte para a constituição tanto da subjetividade quanto da identidade que se manifesta precocemente na infância e traz em si os conceitos de autoconceito e autoconsciência (Correa et al., 2022). O autoconceito é a imagem que temos de nós mesmos (o que sabemos e sentimos sobre nós) e orienta nossas ações. Desde muito pequenas, as crianças incorporam em sua autoimagem o quadro que os outros refletem de volta para ela. Já a autoconsciência, isto é, o conhecimento consciente de si como um ser distinto, pode ser observada em bebês de 18 a 24 meses, segundo pesquisas. Todos esses conceitos nos mostram que o senso de identidade se manifesta precocemente e é diretamente influenciado pelo ambiente, mediado pelos adultos e pela sociedade. A representatividade na primeira infância, assim, diz respeito a fornecer subsídios necessários de construção identitária subjetiva e que repercute maciçamente em nossa coletividade, mas “o ideal de identidade, ao longo de séculos, é branco e europeu, submetendo, a partir do processo colonizador, tudo o que não se assemelhe a ele” (Unicef, 2022, p. 9).

Para ampliar essa discussão sobre os impactos do racismo no desenvolvimento infantil, é necessário explicitar o que é o racismo. Há muitas formas de definir ou compreender o racismo, mas pode-se resumir em dois aspectos: a) é um conjunto de práticas sistêmicas de discriminação, hierarquização e dominação baseado na ideia de raça (Unicef, 2022); b) proporciona a repetição das desigualdades e violência na sociedade atual (Dutra-Thomé et al., 2023). O racismo estrutural é um sistema de opressão que permeia todas as instituições sociais, atuando como um fenômeno conjuntural em distintos espaços de poder, tanto na esfera pública quanto privada. Manifesta-se por meio de estruturas e instituições (racismo institucional) e pelas condições em que as pessoas vivem, as quais não são distribuídas nem de modo uniforme nem aleatório, pois as práticas de regulamentos de zoneamento, as imobiliárias e ações governamentais nesses ambientes discriminam grupos minoritários

raciais e étnicos (racismo ambiental). Temos, ainda, o racismo sistêmico, que se refere a um conjunto de instituições, grupos e serviços que normalizam o racismo e colaboram para a manutenção dessa dinâmica social (National Scientific Council on the Developing Child, 2023; Unicef, 2021, 2022).

Os impactos desses fatores no desenvolvimento infantil promovem estresse tóxico, medos e traumas, pois estigmatizam e hierarquizam as diferenças entre as crianças, atingindo diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, como a construção de autoestima, autopercepção e autoconfiança; saúde física (distúrbios cardiovasculares e respiratórios, obesidade) e mental (depressão, ansiedade, baixa autoestima); oportunidades para adquirir habilidades e conhecimentos (NCPI, 2021). Recentemente, as pesquisas em neuropsicologia buscam compreender os impactos do racismo no desenvolvimento cognitivo e emocional.

Esses estudos têm apontado que as crianças podem ter seu sono alterado pelas vivências de experiências negativas ligadas ao fato de serem negras. Alterações de sono estão relacionadas a maiores problemas com a atenção, funções executivas, memória operacional, desenvolvimento da linguagem e problemas de comportamentos externalizantes (Cardoso et al., 2018; Silva et al., 2024). As crianças negras, na maior parte do tempo, podem ser excluídas das experiências de carinho efetivo, desfrutando de menos momentos de “paparicação” (NCPI, 2022) e a implicação disso é que não há um adulto de referência, o qual, segundo a abordagem Pikler, é fundamental para o desenvolvimento saudável do bebê e da criança, sendo que na educação infantil as crianças necessitam que sejam criadas, pelos adultos, as condições para seu desenvolvimento. O adulto é a figura com quem a criança estabelece um vínculo afetivo estável e seguro, proporcionando-lhe confiança e apoio, que promoverá experiências adequadas para seu pleno desenvolvimento (Almeida & Merlin, 2019).

Outra expressão da violência do racismo é chamada de epistemicídio – um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais da população negra, minando sua capacidade de se constituírem como sujeitos que produzem conhecimento, levando a menor possibilidade de desenvolver seus potenciais cognitivos (NCPI, 2022), que pode iniciar na primeira infância, por meio da formação do autoconceito e da autoestima. Kelly et al. (2013)

mostraram que experiências de racismo vivenciadas pelas mães também têm relações com o desenvolvimento infantil, pois os piores escores de habilidades não verbais foram associados a marcadores de racismo interpessoal (insultos recebidos pelas mães).

Nessa mesma linha de investigação, Bécares et al. (2015) examinaram a associação longitudinal entre as experiências maternas de discriminação racial e o desenvolvimento socioemocional das crianças. Os resultados mostraram que experiências maternas com insultos racistas tiveram um efeito negativo indireto no desenvolvimento socioemocional das crianças ao longo do tempo, por meio da piora da saúde mental materna. Também foi apontado que o racismo vivenciado diretamente pela mãe e seus familiares pode ser mais relevante para o sofrimento psicológico materno, o que tem impacto no desenvolvimento socioemocional das crianças, devido ao aumento de práticas parentais mais severas. Ou seja, as experiências de racismo vivenciadas pelos principais cuidadores da criança impedem que eles desenvolvam a parentalidade positiva, essencial para seu desenvolvimento integral (Altafim, 2021).

Izabel Hazin: Por que é importante considerar as alterações cerebrais quando falamos de racismo como fator de risco à saúde mental?

Carlos Eduardo: O racismo, e não a raça em si, é um determinante importante da carga desproporcional de estresse vivida por indivíduos negros (Carter et al., 2021, 2022a; Centers for Disease Control and Prevention, 2021). Os estresses associados ao racismo atuam em níveis individuais e estruturais, permeando todo o ciclo de vida. Dificuldades econômicas, exposição excessiva a traumas, experiências interpessoais de discriminação implícita e atos abertamente racistas se acumulam de forma sistêmica e influenciam a saúde mental.

Há um crescente corpo de evidências científicas que apontam para o fato de que experiências de racismo resultam em respostas fisiológicas únicas ao estresse, sugerindo o envolvimento do eixo hipotálamo-pituitária-adrenal (HPA) e, por consequência, a liberação crônica de cortisol (Berger et al., 2015). A exposição prolongada ao cortisol está associada à atrofia do hipocampo, uma região cerebral essencial para a formação de memórias e a regulação emocional. Essa atrofia pode comprometer a capacidade de lidar com o estresse, aumentando o risco de transtornos de ansiedade e depressão (McEwen, 2007).

Níveis aumentados de cortisol também estão correlacionados à inflamação no corpo. A inflamação prolongada pode afetar a produção de neurotransmissores, incluindo serotonina e dopamina, essenciais para o bem-estar emocional e o humor. Disfunções na sinalização desses neurotransmissores também podem contribuir para o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos (Dantzer et al., 2008). Outro fator adicional pode ser a influência do cortisol na qualidade do sono, que, em níveis crônicos, pode induzir distúrbios do sono, como insônia, os quais, por sua vez, agravam problemas de saúde mental. A falta do sono reparador pode levar a irritabilidade aumentada, dificuldades de concentração e maior vulnerabilidade ao estresse (Lund et al., 2010).

Tem sido um foco crescente da pesquisa neuropsicológica compreender os efeitos diretos do estresse relacionado ao racismo nos principais circuitos neurofisiológicos, em especial os circuitos neurais implicados na regulação da ameaça e na interação social (Carter et al., 2021; Berger et al., 2015; Bird et al., 2021; Mekawi et al., 2021a). Os circuitos que mediam o processamento de ameaças e a interação social (por exemplo, amígdala, hipocampo, córtex pré-frontal) são cruciais para os indivíduos avaliarem, interpretarem, regularem e responderem de forma adaptativa a eventos ambientais aversivos. Tais circuitos neurais também abrangem comportamentos de proteção e o desenvolvimento de capacidades de enfrentamento e resiliência diante do racismo. No entanto, a ativação crônica desses circuitos pode acarretar custos neurobiológicos graves, contribuindo para resultados negativos em saúde mental e o desenvolvimento de psicopatologias.

Nesse sentido, muitos dos padrões associados ao estresse relacionado ao racismo, como a redução da conectividade entre a ínsula e o córtex pré-frontal dorsolateral (dlPFC), diminuição do volume hipocampal, aumento da reatividade da amígdala e menor integridade do trato de substância branca do cíngulo, podem facilitar a detecção mais rápida de informações sensoriais relevantes à ameaça. Contudo, essa ativação constante pode levar à diminuição da resposta adaptativa à ameaça, tornando-se um fator de vulnerabilidade para o desenvolvimento de transtornos mentais, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), entre outros.

Compreender os efeitos do racismo no cérebro e suas consequências para a saúde mental traz a necessidade de considerar o racismo como um fator

de risco não apenas psicológico, mas também biológico. A análise das alterações cerebrais decorrentes do racismo propõe um novo paradigma para a saúde mental, em que o estresse racial é considerado um fator de risco significativo. Isso implica que a saúde mental deve ser abordada em um contexto multidimensional, considerando as complexas interações entre fatores sociais, psicológicos e biológicos.

Izabel Hazin: Quais são os efeitos neuropsicológicos do racismo, e de que forma eles podem se manifestar no cotidiano escolar ou profissional?

Carlos Eduardo: As consequências cognitivas do racismo são uma área emergente de pesquisa em Psicologia, com impactos significativos nas práticas educacionais, clínicas e no trabalho de políticas públicas voltadas para a saúde mental e equidade racial. O racismo, como uma força violenta e opressora, inevitavelmente afeta a maneira como os indivíduos processam informações e interagem com o ambiente, especialmente em contextos em que a discriminação é recorrente.

De acordo com estudos, o estresse tóxico resultante de experiências consistentes de racismo pode ativar respostas neurológicas que inibem as funções executivas, por exemplo, atenção seletiva, memória de trabalho e controle inibitório (Williams & Mohammed, 2009). Além disso, a ativação crônica do eixo HPA com exposição recorrente a eventos discriminatórios prejudica o funcionamento do córtex pré-frontal que regularia habilidades cognitivas como as mencionadas (Schulz et al., 2020).

Esses efeitos cognitivos podem se manifestar de várias formas na escola e impactar no desempenho acadêmico daqueles que sofrem discriminação racial. Crianças e jovens que experimentam microagressões ou sofrem ações depreciativas sobre seu grupo racial/étnico podem apresentar menor engajamento em atividades, dificuldades de socialização, ansiedade elevada em avaliações e dificuldades de concentração (Benner et al., 2018). Além disso, a “ameaça do estereótipo” pode resultar em desempenho inferior em tarefas que exigem cognição, particularmente quando a identidade racial é salientada em situações de avaliação (Steele & Aronson, 1995).

No trabalho, também existem efeitos profissionais do racismo, como esgotamento mental e sentimentos de angústia. O estresse crônico envolvido na necessidade de estar constantemente atento à discriminação ou viés racial pode resultar em sobrecarga cognitiva,

também conhecida como “vigilância racial” (Clark, Anderson, Clark, & Williams, 1999). Esse tipo de fadiga mental se traduz em trabalhadores cansados, improdutivos e infelizes. Pesquisas também mostraram que contextos de trabalho caracterizados por falta de diversidade e desprovidos de políticas antirracistas amplificam a exclusão simbólica e aumentam o estresse dos funcionários, especialmente entre aqueles que pertencem a grupos minoritários (Roberts et al., 2020).

Além dos efeitos diretos nos indivíduos, o racismo direto vivido no cotidiano escolar e profissional contribui para a reprodução de desigualdades estruturais. O estigma internalizado tem implicações para a autoeficácia e aspirações profissionais que restringem a mobilidade social e econômica das populações estigmatizadas (Neblett et al., 2012).

Na ausência de ações afirmativas e reconhecimento da diferença racial, há invisibilidade e subestimação das contribuições das pessoas racializadas. Como resultado, os impactos cognitivos do racismo não são apenas pessoais, mas também estruturais, reforçando os padrões de marginalização.

Desse modo, é necessário um foco nos efeitos neuropsicológicos reais ou potenciais do racismo dentro de políticas educacionais e práticas organizacionais, para que sejam criados ambientes propícios à equidade racial e à saúde mental. Intervenções que reduzem a ameaça do estereótipo, aumentam a identidade étnico-racial e promovem climas institucionais inclusivos são potencialmente eficazes na diminuição do impacto do racismo na cognição e no comportamento (Oyserman et al., 2006).

Izabel Hazin: Vocês acreditam que a neuropsicologia está suficientemente preparada para lidar com os impactos sociais e estruturais do racismo? O que ainda falta?

Mônica Miranda & Carlos Eduardo: Acreditamos que a neuropsicologia ainda não está suficientemente preparada, pois o seu desenvolvimento inicial foi enraizado em modelos biomédicos, cujo foco inicial era clínico e individual. Abbas e Farooq (2022) trouxeram reflexões importantes sobre isso. Em primeiro lugar, destacam que uma exploração mais aprofundada da teoria e da prática da neuropsicologia mostra uma história de racismo sistemático e científico que inclui o uso inadequado de “raça” em avaliações e testes neuropsicológicos e que as diferenças etno-culturais são comumente mal interpretadas pelos clínicos. Os autores demonstram que o histórico de

racismo científico na Psicologia, e, em particular, na neuropsicologia, remete ao eugenismo, pois os eugénistas historicamente manipularam os testes de QI para promover ideias de diferenças raciais na herdabilidade genética da inteligência, ignorando barreiras e desigualdades sistêmicas, como acessibilidade à educação, baixo *status* socioeconômico e racismo sistêmico e institucional. A criação de normas ajustadas demograficamente parece ter sido uma resposta ao racismo na avaliação neuropsicológica e tem despertado um interesse significativo, principalmente no Brasil, mas é necessário estar atento às desigualdades sistêmicas que criaram a necessidade delas.

Entretanto, desde os anos 1990, após o surgimento das neurociências sociais e das críticas ao reducionismo biológico, os estudiosos questionaram os limites dos estudos neuropsicológicos tradicionais quando aplicados (ou mal aplicados) em populações de pessoas diversas com e sem desigualdades de *status* socioeconômico. Nisso residem outros pontos importantes discutidos por Abbas e Farooq (2022), que destacam que: a) é necessário dismantelar as hierarquias sociais e raciais que sustentam a desigualdade, para que serviços mais equitativos e justos possam ser desenvolvidos, sendo que no Brasil a neuropsicologia é elitizada; b) há uma necessidade de neuropsicólogos culturalmente competentes; c) devemos começar a questionar a falta de diversidade nos serviços neuropsicológicos, e isso é visto claramente no Brasil, pois

ouvimos muitos relatos da população negra que não se sente representada por profissionais da neuropsicologia; d) sem diversificar as instituições, corre-se o risco de “falar por” comunidades marginalizadas em vez de amplificar suas vozes e, assim, replicar estruturas de poder coloniais.

Temos, então, um campo crescente e promissor dentro da neuropsicologia para pensarmos a prática neuropsicológica mais contextualizada e inclusiva. E um dos caminhos pode ser a ampliação da diversidade racial em cargos de liderança em instituições acadêmicas e ambientes de saúde, pois psicólogos clínicos e neuropsicólogos precisam reconhecer e questionar o racismo científico histórico que sustenta algumas das crenças e práticas.

Nessa perspectiva, devemos assumir a práxis transdisciplinar da neuropsicologia e buscar explorar como circunstâncias sociais, políticas e econômicas afetam o cérebro e a cognição, compreendendo que isso produz um impacto direto no desempenho em testes neuropsicológicos e estratégias de intervenção neuropsicológicas. Assim, a formação em neuropsicologia deve abranger o contexto político e histórico do racismo (o letramento racial), da pobreza multidimensional e outros fatores que envolvem comunidades racialmente marginalizadas, o que não está presente em nenhum currículo dos cursos e/ou programas de pós-graduação em neuropsicologia no Brasil.

Referências

- Abbas, S., & Farooq, R. (2022). “Is it time to decolonise neuropsychology?”: Critical reflections on colonial structures, neuropsychology and the role of clinical psychologists. *Clinical Psychology Forum*, 1, 40-47. <https://doi.org/10.53841/bpscpf.2022.1.359.40>.
- Almeida, O. A., & Melim, A. P. G. (2019). A abordagem de Emmi Pikler: Olhares sobre contextos educativos para bebês e crianças pequenas. *Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade*, 8(2). <https://doi.org/10.9771/re.v8i2.29002>
- Altafim, E. R. P., Souza, M., Teixeira, L., Brum, D., & Velho, C. O. (2021). *Cuidado integral e a parentalidade positiva na primeira infância*. Unicef. <https://www.unicef.org/brazil/biblioteca>
- Bécares, L., Nazroo, J., & Kelly, Y. (2015). A longitudinal examination of maternal, family, and area-level experiences of racism on children’s socioemotional development: Patterns and possible explanations. *Social Science & Medicine*, 142, 128-135. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.08.025>
- Benner, A. D., Wang, Y., Shen, Y., Boyle, A. E., Polk, R., & Cheng, Y. P. (2018). Racial/ethnic discrimination and well-being during adolescence: A meta-analytic review. *American Psychologist*, 73(7), 855-883. <https://doi.org/10.1037/amp0000204>
- Berger, M., Dyer, A., & Karp, A. (2015). The role of the HPA axis in stress-related psychiatric disorders. *Neuroscience and Biobehavioral Reviews*, 55, 1-16. <https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2015.04.008>
- Bird, B. M., Kessler, R. C., & Moffitt, T. E. (2021). Neurobiological mechanisms linking racial discrimination to mental health outcomes. *Psychological Science*, 32(4), 561-573. <https://doi.org/10.1177/0956797620961959>


- Cardoso, T. S. G., Pompeia, S., & Miranda, M. C. (2018). Cognitive and behavioral effects of obstructive sleep apnea syndrome in children: A systematic literature review. *Sleep Medicine*, 46, 46-55. <https://doi.org/10.1016/j.sleep.2017.12.020>
- Carter, S. E., Mendez, A. C., & Williams, J. (2021). The psychological impacts of racial discrimination on mental health: A review of the literature. *Journal of Health Psychology*, 26(3), 367-386. <https://doi.org/10.1177/1359105320917243>
- Clark, R., Anderson, N. B., Clark, V. R., & Williams, D. R. (1999). Racism as a stressor for African Americans: A biopsychosocial model. *American Psychologist*, 54(10), 805-816. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.54.10.805>
- Correa, A. G., Silva Junior, P. M., & Carvalho, E. L. (2022). Quando a representatividade importa: Reflexões sobre racismo, valorização identitária negra e educação básica. *Práxis Educativa*, 17, 1-17. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v17.19407.092>
- Dantzer, R., O'Connor, J. C., Lawson, M. A., & Kelley, K. W. (2008). Inflammation-associated depression: From serotonin to kynurenine. *Psychoneuroendocrinology*, 33(3), 166-180. <https://doi.org/10.1016/j.psyneuen.2007.11.003>
- Dutra-Thomé, L., Rabelo, D. F., Ramos, D. O., & Goes, E. F. (Orgs.). (2023). *Racismo e desenvolvimento humano* (Vol. 1). Edufba.
- Engel de Abreu, P. M. J., Torinho, C. J., Puglisi, M. L., Niakedo, C., Abreu, J. N. S., Miranda, M. C., Befi-Lopes, D. M., Bueno, O. F. A., & Martin, R. (2015). *A pobreza e a mente: Perspectiva da ciência cognitiva*. Relatório de Divulgação Científica. University of Luxembourg.
- Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. (2015). *Relatório de atividades 2015*. https://fundacaomariacecilia.org.br/wp-content/uploads/2024/08/RA_2015_pt.pdf
- Gee, G. C., Hing, A., Mohammed, S., Tabor, D. C., & Williams, D. R. (2019). Racism and the life course: Taking time seriously. *American Journal of Public Health*, 109(S1), S43-S47. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2018.304766>
- Haft, S. L., & Hoeft, F. (2017). Poverty's impact on children's executive functions: Global considerations. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 2017(158), 69-79. <https://doi.org/10.1002/cad.20220>
- Hatzenbuehler, M. L. (2009). How does sexual minority stigma "get under the skin"? A psychological mediation framework. *Psychological Bulletin*, 135(5), 707-730. <https://doi.org/10.1037/a0016441>
- Helms, J. E., Nicolas, G., & Green, C. E. (2012). Racism and ethnoviolence as trauma: Enhancing professional training. *Traumatology*, 18(1), 65-74. <https://doi.org/10.1177/1534765610389595>
- Instituto Promundo. (2022). *Primeiras infâncias negras e a educação infantil* (PIA – Primeira Infância Antirracista). Unicef. <https://www.unicef.org/brazil/pia>
- Jensen, S. K. G., Berens, A. E., & Nelson, C. A. (2017). Effects of poverty on interacting biological systems underlying child development. *The Lancet Child & Adolescent Health*, 1(3), 225-239. [https://doi.org/10.1016/S2352-4642\(17\)30024-X](https://doi.org/10.1016/S2352-4642(17)30024-X)
- Kelly, Y., Bécares, L., & Nazroo, J. (2013). Associations between maternal experiences of racism and early child health and development: Findings from the UK Millennium Cohort Study. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 67(1), 35-41. <https://doi.org/10.1136/jech-2011-200814>
- Lazzari, M. C., & Chicaro, M. F. (Orgs.) (2015). *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: Parentalidade em foco*. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.
- Lund, H. G., Reider, B. D., Whiting, A. B., & Prichard, J. R. (2010). Sleep patterns and predictors of disturbed sleep in a large population of college students. *Journal of Adolescent Health*, 46(2), 124-132. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2009.06.014>
- McEwen, B. S. (2007). Physiology and neurobiology of stress and adaptation: Central role of the brain. *Psychosomatic Medicine*, 69(2), 170-180. <https://doi.org/10.1097/PSY.0b013e3180304585>
- Mekawi, Y., & Eberhart, N. K. (2021). Understanding the neurobiological effects of racism on mental health. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 27(2), 205-217. <https://doi.org/10.1037/cdp0000345>
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674-697. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>

- Moradi, B., & Hasan, N. T. (2004). Arab American persons' reported experiences of discrimination and mental health: The mediating role of personal control. *Journal of Counseling Psychology, 51*(4), 418-428. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.51.4.418>
- National Scientific Council on the Developing Child. (2023). *Place matters: The environment we create shapes the foundations of healthy development* (Working Paper n. 16). https://developingchild.harvard.edu/wp-content/uploads/2024/10/HCDC_WP16_PT_O_Lugar_Importa.pdf
- Neblett, E. W., Philip, C. L., Cogburn, C. D., & Sellers, R. M. (2012). African American adolescents discrimination experiences and academic achievement: Racial socialization as a cultural compensatory and protective factor. *Journal of Black Psychology, 32*(2), 199-218. <https://doi.org/10.1177/0095798406287072>
- Nigrini, L., Amici, F. & Llorente, M. A. (2025). Comparison between the methodology of the mainstream in (neuro-) psychology, Holzkamp's and Vygotsky's approach. *Integrative Psychological and Behavioral Science, 59*, 7. <https://doi.org/10.1007/s12124-024-09880-6>
- Núcleo Ciência Pela Infância. (2021a). *Obairroeodesenvolvimentointegralnaprimeirainfância*. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. <https://ncpi.org.br/publicacao/o-bairro-e-o-desenvolvimento-integral-na-primeira-infancia/>
- Núcleo Ciência Pela Infância. (2021b). *Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância*. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. <https://ncpi.org.br/publicacao/racismo-educacao-infantil-e-desenvolvimento-na-primeira-infancia/>
- Oyserman, D., Bybee, D., & Terry, K. (2006). Possible selves and academic outcomes: How and when possible selves impel action. *Journal of Personality and Social Psychology, 91*(1), 188-204. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.91.1.188>
- Palacios-Barrios, E. E., & Hanson, J. L. (2019). Poverty and self-regulation: Connecting psychosocial processes, neurobiology, and the risk for psychopathology. *Comprehensive Psychiatry, 90*, 52-64. <https://doi.org/10.1016/j.comppsy.2018.12.012>
- Roberts, L. M., Cha, S. E., Hewlin, P. F., & Settles, I. H. (2020). Redefining authenticity in the workplace. *Academy of Management Review, 45*(2), 292-314. <https://doi.org/10.5465/amr.2018.0285>
- Schulz, A., Karb, R., & Williams, D. R. (2020). Measuring structural racism: Toward a national research agenda. *American Journal of Public Health, 110*(S1), S48-S49. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2019.305488>
- Silva, R. B. M., Lacerda, V., Pykocz, A., Schmidt, H., Silva, J. F., Santos, G., & Louzada, F. (2024). Sono e desenvolvimento infantil. In N. Menezes Filho (Org.). *Ciência da primeira infância* (pp. 72-83). Blücher. <https://doi.org/10.5151/9786555502893-04>
- Steele, C. M., & Aronson, J. (1995). Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. *Journal of Personality and Social Psychology, 69*(5), 797-811. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.69.5.797>
- United Nations Children's Fund. (2021). *The State of the World's Children 2021: On my mind – Promoting, protecting and caring for children's mental health*.
- United Nations Children's Fund – Brasil. (2018). *Pobreza na infância e na adolescência*. <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia>
- United Nations Development Programme, & Oxford Poverty and Human Development Initiative. (2022). *Global Multidimensional Poverty Index (MPI): Unpacking deprivation bundles to reduce multidimensional poverty*. Human Development Reports.
- Williams, D. R., & Mohammed, S. A. (2009). Discrimination and racial disparities in health: Evidence and needed research. *Journal of Behavioral Medicine, 32*(1), 20-47. <https://doi.org/10.1007/s10865-008-9185-0>
- Williams, D. R., Lawrence, J. A., & Davis, B. A. (2019). Racism and health: Evidence and needed research. *Annual Review of Public Health, 40*, 105-125. <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-040218-043750>

Carlos Eduardo Nórté

Mestre e Doutor em Saúde Mental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS), ambos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).


E-mail: cadulsn@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4068-5126>

Mônica Carolina Miranda

Mestra e Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Pesquisadora da Rede Nacional de Ciência para a Educação (Rede CPE).


E-mail: mirandambr@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9006-6809>

Izabel Augusta Hazin Pires

Mestra e Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

E-mail: izabel.hazin@ufrn.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4045-8628>

Endereço para envio de correspondência:

Carlos Eduardo Nórte

Rua São Francisco Xavier, 524, bloco E, Sala 10.001, Maracanã. CEP: 20550-900. Rio de Janeiro – RJ. Brasil.

Recebido 08/07/2025

Aceito 09/07/2025

Received 07/08/2025

Approved 07/09/2025

Recibido 08/07/2025

Aceptado 09/07/2025

Como citar: Nórte, C. E., Miranda, M. C., & Pires, I. A. H. Interseccionalidades das Desigualdades Raciais e Socioeconômicas na Perspectiva Neuropsicológica: Entrevista com o Grupo de Trabalho de Neuropsicologia do Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1-11. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298612>

How to cite: Nórte, C. E., Miranda, M. C., & Pires, I. A. H. Intersectionality of Racial and Socioeconomic Inequalities from a Neuropsychological Perspective: Interview with the Neuropsychology Working Group Brazilian Federal Council of Psychology. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1-11. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298612>

Cómo citar: Nórte, C. E., Miranda, M. C., & Pires, I. A. H. Interseccionalidades de las Desigualdades Raciales y Socioeconômicas desde la Perspectiva Neuropsicológica: Entrevista con el Grupo de Trabajo de Neuropsicología del Consejo Federal de Psicología. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1-11. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298612>